



Anais da Assembléia

Nº 103

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 16.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 1995
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nereu Moura.

Às onze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído as Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 301/95, de autoria do Poder Judiciário, que fixa o vencimento de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..
Em discussão.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores temos uma preocupação especial com esses vencimentos dados, e já manifestamos opinião com relação a outros projetos nesse teor porque nós entendemos que o mesmo percentual aos demais servidores não estão sendo concedidos. Há no projeto um percentual diferente, haja vista já um aumento diferenciado, haja vista inclusive, e isso será submetido a uma apreciação judicial por parte da Bancada do Partido dos Trabalhadores oportunamente quando teve aumentos de vencimentos por despacho interno. E aí nós entramos num problema político sério, que é aos servidores do judiciário nós damos aí índice em torno de 10%, aos demais nós estamos chegando ao índice totalizado de 53,56%. Então, é por isso que nós encaminhamos contrário e fazemos uma melhor análise desses procedimentos dos aumentos que estão se dando. Era isso Senhor Presidente.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero rememorar aqui algumas questões que serão importantes e interessantes. Em dezembro do ano passado, nós que estamos aqui desde a legislatura anterior, vimos o Governador de então, Mário Pereira, mandar reajuste diferenciado para todos os servidores. A Bancada de sustentação ao Governador Jaime Lerner já era maior do que a de sustentação ao Mário Pereira, mesmo sem este ter assumido. Ele impôs naquele momento um reajuste linear, o Governador Jaime Lerner impôs naquele momento linear de 16%, através de sua Bancada aqui.

O Poder Judiciário naquele momento ao contrário de ter 16% como todo mundo, já teve 26% diferenciado em relação ao demais servidores. Em janeiro deste ano, por despacho interno os desembargadores e juizes já tiveram cerca de 23%, enquanto os servidores não tiveram isto.

Em junho tiveram cerca de 17% também por despacho interno, dizem os desembargadores e os juizes, que eles estão concedendo isso por uma ação movida pela Associação dos Magistrados do Estado do Paraná. Realmente moveram essa ação, mas obtiveram somente uma liminar, não sendo julgada no mérito e através dessa liminar estão dando por despacho interno os reajustes.

No entanto, os servidores daquele Tribunal já com ação tramitada e julgada, não é nem liminar conseguiu obter os mesmos índices, no Supremo Tribunal Federal, no entanto aquele Tribunal não cumpriu uma ordem judicial do Supremo Tribunal Federal.

Enquanto que nós uma liminar para eles

já cumprem, portanto tratam coisas iguais de maneiras bastante diferentes e nada isonômico.

Nós da Bancada do PT não podemos ficar votando favorável a reajustes diferenciados que venham a favorecer os de cima, aqueles que sempre ganham mais. Nós não podemos ter esse tipo de comportamento, por isso que a Bancada do PT tem votado contra. Não que a gente seja contra o aumento de salário ou contra os desembargadores ou contra os juízes, não, nós estamos sendo contra a maneira como são tratadas essas questões, então quanto ao mérito, não podemos concordar com isso e cobramos do Presidente do Tribunal de Justiça que faça justiça e obedeça também o que foi julgado em Brasília pelo Supremo, dando aos servidores daquele órgão, o que realmente ele merece, que o Supremo Tribunal já decidiu que deve ser dado.

Nós sabemos que há um discurso de que faltava verba e tudo mais, isso também não é verdadeiro, porque temos em mãos aqui uma lista das relações de chefias daquele tribunal, que é muito interessante, cerca de 800 funcionários entre o Tribunal de Justiça e de Alçada dá para dizer que cada três ou quatro já é chefe criados só pelo atual presidente do Tribunal, chega até a aberração de ter o chefe do chefe. Tem um funcionário que ocupa o cargo de Chefe do Serviço de Controle de Chefias cargo em Comissão é essa a barbaridade que está acontecendo naquele Tribunal e no entanto dizem que não têm dinheiro para outras questões.

Quero lembrar aos Senhores Deputados, que na legislatura anterior ao votar o orçamento do Tribunal de Justiça esse parlamento aumentou o orçamento do Tribunal de Justiça para que? Para que agilizasse os processos e não para ficar criando cargos, como está sendo feito.

Portanto a Bancada do PT não pode concordar com esse tipo de coisa, nesse sentido nós votamos contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Aprovado contra o voto da Bancada do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Verificação de quórum, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Chamada Nominal, Senhor Presidente.

O SR. EMERSON NERONE - Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

O Deputado Algaci Túlio solicita Cha-

mada Nominal dos Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Não há quórum para votação até que se proceda a Chamada Nominal dos Senhores Deputados, requerida pelo Deputado Algaci Túlio.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)

- Procede a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

(Termina a chamada nominal)

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Apenas para solicitar a V.Exa. que temos uma emenda à Constituição do Estado sobre transporte escolar e o Deputado Pessuti há pouco solicitou à nossa pessoa que indicássemos um integrante da Comissão e indicamos o Deputado Basílio Zanusso. Só gostaria de saber se essa Comissão já está totalmente formada ou não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na realidade, ainda não porque embora o Deputado Pessuti tenha anunciado a composição, ainda não recebemos das lideranças todos os nomes.

27 Senhores Deputados responderam a chamada nominal. Não há quórum para votação e sim para prosseguimento da sessão.

O Projeto de Lei 301/95, está com a discussão encerrada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - No Projeto do Deputado Eduardo Trevisan que declara de Utilidade Pública a Associação dos Criadores de Gelbvieh, gostaria de informar que Gelbvieh, trata-se de uma raça bovina, européia, cor amarelada, dupla aptidão - leite e carne, e que vem sendo implantada com muita eficiência no Estado do Paraná já ocupando lugar de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/95, de autoria do Deputado Cesar Celeme, que declara de Utilidade Pública Estadual a FEDERAÇÃO DAS APAES do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/95, de autoria do Deputado Plauto Miró, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO IRMÃS CAVANIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Encerrada a discussão.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

265/95, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE GELBVIEH (ABCG)", com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/95, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que cria a Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da

C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/95, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública o "CENTRO PROFISSIONALIZANTE ÁGAPE SMITH" CEPAS DE LONDRINA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.